



Os melhores têm de vencer no mercado internacional

A excelência empresarial é como a felicidade, consome-se num instante e logo começa de novo o caminho da superação. Mas não é por isso que não se deve buscar a empresa perfeita para os tempos que correm. É isso que procura o prémio Excellens Oeconomia, promovido pela PwC e pelo Jornal de Negócios.

FILIPE S. FERNANDES

Encontrar “a empresa perfeita para os tempos actuais” é, nas palavras de António Brochado Correia, 43 anos, do Territory Leadership Team da PwC em Portugal, o principal objectivo do prémio “Excellens Oeconomia”, promovido pela PwC e pelo Jornal de Negócios. Por isso neste prémio, os parâmetros e métricas fogem ao padrão comum dos indicadores e rácios de análise de empresas.

Como fórmula distintiva, a metodologia procura medir o desempenho da empresa tendo em conta o seu contributo para a resolução dos problemas actuais da economia portuguesa. Numa palavra, procuram-se “empresas que se distingam por serem exemplares”, como refere António Brochado Correia.

No entanto, as métricas não deixam de considerar que a performance de uma empresa, como precisa o executivo da PwC Portugal, “é medida fundamentalmente pelo crescimento de vendas e pelo crescimento do nível de rentabilidade e ambas foram captadas de forma relevante e com contributos muito significativos”.

Além disso, como assinala António Brochado Correia, “a valorização das vendas e da rentabilidade representam análises dos resultados passados, mas não representam forçosamente o futuro, pelo que a adição de outros critérios de sustentabilidade empresarial e responsabilidade corporativa são fundamentais para aferição dos resultados finais”.

Mercado nacional exíguo e protecção

Esta forma de olhar e ler o mundo implica que a metodologia privile-

“As empresas só demonstram o seu pleno potencial em mercados externos, quer via exportações, quer via operações sediadas no exterior de Portugal (igualmente privilegiadas no prémio).”

“A boa gestão vai sempre ter lugar e é isso que o país precisa, hoje e no futuro”.

ANTÓNIO BROCHADO CORREIA
PwC

negocios.pt

Saiba mais



 > Excellens Oeconomia

Veja a última página desta edição e consulte <http://excellens.negocios.pt>

gie as empresas exportadoras. Como explica António Brochado Correia, é o princípio da realidade que dita este método porque hoje “as empresas só demonstram o seu pleno potencial em mercados externos, quer via exportações, quer via operações sediadas no exterior de Portugal (igualmente privilegiadas no prémio)”.

Para ser a “primus inter pares”, a empresa tem de o demonstrar tanto “em solo Português como na arena internacional”. Esta concepção também está ligada a uma análise que mostra a face menos positiva da vida empresarial em Portugal. Segundo António Brochado Correia, “a exiguidade do mercado interno, e o protecção natural de que beneficiam as empresas que operam em mercados de bens não transaccionáveis, impedem a existência de verdadeiros campeões a operarem apenas/maioritariamente no mercado interno, e não nos estamos a referir a ‘pesos pesados’, referimo-nos igualmente a ‘pesos pluma’”.

Esta visão está, de certa forma, de acordo com a análise de Luís Portela, 63 anos, “chairman” da Bial, quando este refere que são as empresas com um visão de longo prazo e capacidade competitiva que “com esforço e perseverança, que melhor respondem às dificuldades do curto prazo, e são mais capazes de se lançarem nos mercados globais, abrindo-se ao mundo, mobilizando os seus colaboradores e captando talentos e conhecimento”.

O grande objectivo do prémio é mostrar que no meio do fogo da crise e da austeridade se podem encontrar as pepitas de ouro que contribuem no presente para que um futuro diferente seja possível.

António Brochado Correia | O Prémio Excellens Oeconomia quer distinguir empresas e

CINCO PILARES DA EXCELÊNCIA

ESTES SÃO OS PRINCIPAIS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DO “PRÉMI

1 Inovação e resiliência

Esta medida de competitividade é de médio e longo prazo e por isso tem como base a estratégia de inovação, que se mede pelo número de patentes ou o número de colaboradores em permanência dedicados a I&D (Investigação e Desenvolvimento). Entram também em conta os critérios de agilidade e adaptabilidade tanto no que se refere, por exemplo, ao lançamento de novos produtos, como na satisfação dos consumidores ou nas práticas inovadoras de gestão de recursos humanos.

2 Riqueza e crescimento

A geração de riqueza é medida sobretudo pela capacidade retorno para os accionistas, mas não deixam de ser inventariados os benefícios para os colaboradores como a formação, assistência médica, desigualdade de remuneração. Neste pilar de médio e longo prazo avalia-se ainda as capacidades de investimento e de exposição aos mercados externos, as rendibilidades das operações externas e a envolvimento de outras empresas nestas suas actividades.



emplares.

IA EMPRESARIAL

EMIO EXCELLENS OECONOMIA”.

3

Desequilíbrios externos

Adaptando a máxima de Ortega y Gasset, pode dizer-se que a empresa é a empresa e a sua circunstância e esta é feita hoje em Portugal de desequilíbrios externos. A este contexto dificilmente as empresas portuguesas escapam e devem enfrentá-lo centrando-se no desenvolvimento dos mercados de bens transaccionáveis, no crescimento das exportações e exploração de novos mercados, na redução da dívida líquida, no reforço da solidez financeira e na angariação dos subsídios de fundos comunitários.

4

Utilização dos recursos

É o critério que mais sente na vida de todos os dias pois mede o emprego que as empresas criam, quais são as remunerações do factor trabalho, excluindo a administração, os montantes de prémios e outros incentivos financeiros aos colaboradores. Foca-se, ainda, no investimento em activos fixos e intangíveis nos últimos três anos, mas não deixa de avaliar a imagem e o reconhecimento da marca e dos produtos, o que é observável através das despesas com publicidade e “marketing” efectuadas fora de Portugal.

5

Contas públicas

Neste critério entram as relações das empresas com os “stakeholders” e que passam pelo pagamento de impostos em Portugal sendo penalizada a utilização de estruturas fiscais em países estrangeiros para aumentar a eficiência fiscal. A responsabilidade social também é vista a esta luz tanto na articulação com parceiros de negócios (“joint-ventures” e colaboração com fornecedores), mecenato e donativos, como na avaliação da sustentabilidade ambiental, ética, valores e princípios.

PERGUNTAS A

● LUÍS PORTELA

PRESIDENTE DA BIAL

“A cultura do curto prazo é a principal limitação para o sucesso”

Uma das soluções para o equilíbrio económico-financeiro de Portugal passa pelo aumento das exportações, ou seja, pelas empresas. Considera que estas têm feito o seu papel?

O aumento das exportações de bens e serviços é muito importante para sustentar uma estratégia de crescimento para o país. Alguns sinais encorajadores têm vindo a público, tanto pelo ritmo de crescimento, como pela diversificação dos destinos, como pelo aumento, ainda que ligeiro, do conteúdo tecnológico das exportações.

O papel das empresas neste domínio é fulcral e tem havido uma clara reorientação da prioridade de algumas para a diversificação dos destinos dos seus produtos, de modo a minorar os efeitos dum menor dinamismo da procura interna e dos principais mercados de destino na Europa.

Esta aposta na internacionalização das empresas, incorporando maior valor nos produtos e serviços, é um caminho longo, com escolhos e dificuldades, mas absolutamente decisivo para um novo percurso desenvolvimentista para o nosso país, pelo que tem de ser muito reforçada.

Mas, é um caminho que deve mobilizar o conjunto da sociedade, sendo um objectivo das empresas, que deve ser apoiado pelas universidades e pelos centros de investigação, bem como pela administração pública e pela diplomacia económica.

Quais são, no seu entender, as principais características comuns às melhores empresas portuguesas?

A cultura do curto prazo, de objectivos imediatos, é a principal limitação da acção para um percurso de sucesso. Vemos isso em todos os domínios da sociedade, do desporto aos negócios e às políticas públicas. Em contraponto, as empresas que melhor desenham uma visão de longo prazo, são aquelas que de forma mais consistente têm ganho capacidade competitiva, num mundo cada vez mais concorrencial.

Quais são os maiores obstáculos que se colocam à competitividade das empre-



Luís Portela, 63 anos, passou as funções executivas na Bial para o filho, António Portela.

“Este desafio de superação permanente exige atenção e dedicação, paixão e perseverança”

LUÍS PORTELA
Presidente da Bial

sas portuguesas?

Construir uma economia competitiva é um caminho sem fim. Num mundo concorrencial, as vantagens adquiridas podem ser perdidas a todo o momento, assim como as desvantagens podem ser superadas pela concretização dum projecto consistente.

Este desafio de superação permanente exige do lado das empresas e das lideranças atenção e dedicação, paixão e perseverança. Inovação e internacionalização são duas variáveis chave nas estratégias competitivas. Qualidade e mobilização dos recursos humanos, num ambiente estimulante à criatividade, mas rigoroso no desempenho individual, são outros desafios para a gestão empresarial.

Mas, também importa ter do lado do Estado regras claras, eficiência na acção, rapidez nas decisões, estímulo à inovação, ao conhecimento e ao espírito empreendedor, prioridade àqueles que concretizam boas práticas e respondem aos desafios e problemas com que a sociedade se confronta.

O pulo do Gato

“O pulo do Gato” regressa às páginas do Negócios no dia 18 de Junho

PROPOSTA

Beneficiários da habitação social poderão ser públicos

Governo quer que beneficiários de apoios públicos sejam conhecidos

O Governo quer que passe a ser publicado na página de internet da Inspeção-geral de Finanças (IGF) o nome dos beneficiários de vários apoios públicos, como as casas atribuídas no âmbito de programas de habitação social.

Na proposta entregue no Parlamento, o Governo explica que se procede “ao significativo alargamento do âmbito de entidades públicas obrigadas a publicitação de apoios”. Entre os apoios a publicar constam “a atribuição de casas no âmbito de programas de habitação social”, “os subsídios e quaisquer apoios de natureza comunitária” ou “as dilacões de dívidas de impostos e de contribuições à segurança social, deferidas por acto administrativo de competência governamental, quando superiores a 90 dias”. A publicitação deve ser feita “através de publicação e manutenção de listagem anual no sítio na internet da entidade obrigada e da IGF, com indicação da entidade obrigada, do nome ou firma do beneficiário e do respectivo número de identificação fiscal ou número de pessoa colectiva, do montante transferido ou do benefício auferido, da data da decisão, da sua finalidade e do fundamento legal”.

A proposta prevê ainda que sejam destacadas na Conta Geral do Estado as indemnizações pagas pelo Estado a entidades privadas, “com explicação autónoma” dos montantes não fixados judicialmente. O incumprimento da publicitação tem como consequência a retenção de 15% na dotação orçamental, entre outras penalizações. **LUSA**

04.06.13

GREVE DE PROFESSORES

Crato garante exames na data prevista

O ministro da Educação, Nuno Crato, reiterou que os exames nacionais vão realizar-se na data prevista, frisando que estão em curso os mecanismos legais para a criação de serviços mínimos, perante a greve convocada pelos docentes para o dia do primeiro exame, a 17 de Junho. O ministro manifestou ainda esperança de que a greve não se concretize, afirmando-se disposto a discutir com os sindicatos. A Fenprof já ameaçou entregar novos pré-avisos “até ao tempo que for preciso”.

VEÍCULOS

Vendas de automóveis caem 1,4% até Maio

As vendas de automóveis no País caíram 1,4% nos primeiros cinco meses do ano face a igual período em 2012, tendo sido vendidos 49.248 veículos até Maio, revelou a Associação Automóvel de Portugal (ACAP). A queda nas vendas acentuou-se em Maio, mês em que o mercado registou uma quebra homóloga de 4,2%, tendo sido vendidos 11.664 veículos ligeiros e pesados, com uma queda de 34,6% na venda de pesados e uma subida de 11,9% de comerciais ligeiros.

EMPREGO

CGD oferece 100 estágios com duração de um ano

A Caixa Geral de Depósitos vai proporcionar 100 estágios, de 12 meses, na sua rede comercial de particulares, com vista a qualificar e reforçar as competências académicas dos jovens, de preferência entre os 18 e os 30 anos. Os estágios integram-se na iniciativa “Movimento para a Empregabilidade”, numa parceria entre a Gulbenkian, a COTEC Portugal e o IEFP. As empresas aderentes vão proporcionar uma experiência profissional a cinco mil licenciados, mestres e doutores.

TRANSPORTES

Passes social pode chegar a toda a Lisboa em 2014

O Coordenador do Grupo de Vereadores da Mobilidade e dos Transportes dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) afirmou esta segunda-feira que um passe social único para toda a AML pode ser uma realidade já em 2014. Em declarações à Lusa, Joaquim Santos disse que os 18 municípios da AML estão “próximos de um consenso” sobre a resposta ao projecto da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa para o alargamento do passe social intermodal a toda a área metropolitana. Os municípios, explicou, vão propor alterações de preço, sugerindo que se fixe como limite do passe menos de 70 euros.



Negócios e PwC lançam “Prémio Excellens Oeconomia”

O **Negócios** e a PwC associam-se para criar uma iniciativa distintiva e de grande prestígio em Portugal: o **Prémio Excellens Oeconomia**. Vamos distinguir aqueles que, inequívoca e sustentadamente contribuem para o progresso económico de Portugal. Num momento em que Portugal enfrenta um dos seus maiores desafios, é necessário estimular o mérito, a visão, a excelência. Queremos distinguir personalidades que Ousam, Acreditam, Criam, Inovam, têm Audácia, Paixão, e que apostam na Mudança.

Saiba mais nas páginas 38 e 39 desta edição e em <http://excellens.negocios.pt>

Vamos premiar aqueles que são capazes de navegar contra o vento. O Prémio terá dois âmbitos, sendo atribuído dois troféus, um por categoria:

Prémio Personalidade do Ano

Este prémio distinguirá um Gestor, Empresário, Empreendedor, Académicos, ou Político. Uma pessoa que, pela sua acção tangível, contribua, inequívoca e sustentadamente, para o progresso económico de Portugal.

Prémio Empresa do Ano

Num mundo volátil, competitivo e em crise, vamos premiar a Empresa que tenha uma visão de longo prazo, a sustentabilidade económico-financeira, a mudança, a inovação, o pensamento out-of-the-box, a visão global.

CONTESTAÇÃO

UGT avança para quarta greve geral com a CGTP

A UGT aprovou esta segunda-feira por maioria a convocação de uma greve do sector público e privado no próximo dia 27 de Junho, juntando-se assim à CGTP, que anunciou o protesto na sexta-feira. Será a quarta greve geral conjunta desde o 25 de Abril.

O desemprego, a “espiral recessiva”, o “amuo” do Governo com os parceiros sociais, o “bloqueio” à contratação colectiva, o congelamento do salário mínimo, a “tentativa de desmantelamento” do Estado Social, levaram a este “grito de revolta”, justificou ontem o novo secretário-geral da UGT, Carlos Silva, que está no cargo há cerca de um mês e meio.

“Nós não queremos nem nunca defendemos a luta pela luta”, disse, em conferência de imprensa. “Vamos para esta decisão empurrados por um Governo insensível às nossas preocupações”, justificou.

Carlos Silva fez questão de se demarcar os motivos apresentados pela CGTP para a greve geral ao sublinhar que a

UGT não exige a demissão do Governo, mas antes a alteração de políticas. Acrescentou, além disso, que o Governo terá, se quiser, na UGT “uma organização pronta para o diálogo” e não assumiu a ruptura do acordo tripartido, salientando, no entanto, que essa opção continua a estar em cima da mesa.

A decisão foi aprovada com um voto contra e quatro abstenções entre os 80 membros do secretariado nacional e com cinco abstenções entre os 68 votos do Conselho Geral.

As três estruturas sindicais da Função Pública - Frente Comum, Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Fesap - voltam hoje ao Ministério das Finanças para uma ronda de reuniões sobre as medidas para a Função Pública, que também estão na origem da decisão das duas centrais sindicais. Em cima da mesa está a revisão do regime de mobilidade especial, que abre a porta a despedimentos, e o aumento do horário de trabalho para 40 horas por semana. **CAP COM LUSA**

Temos de apelar à insubmissão. Não o fazemos de bom grado, queremos manter as portas abertas à negociação

CARLOS SILVA

Secretário-geral da UGT

